

		ATA DE REUNIÃO FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
---	---	--

Identificação da Reunião

Número/Ano: 2ª Reunião – 02/09/2010	
Início: 10h	Término: 17h
Local: Confederação Nacional do Comércio – CNC / Brasília - DF	

Presentes:			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL
Ana Paula Grether	Petrobrás	(21) 3224-1653	agrether@petrobras.com.br
Andréa Santini Henriques	Inmetro / Dqual	(61) 3340-2211	ashenriques@inmetro.gov.br
Lílian Pinheiro Dantas	CSJT/TST	(61) 3043-3710	lilian.dantas@tst.jus.br
Ana Maria Castro Borges	CSJT/TST	(61) 3043-3752	ana.borges@tst.jus.br
Ricardo Mello	DATAPREV	(21) 3578-7789	ricardo.pmello@previdencia.gov.br
André Ferro	BNDES / AP	(21) 2172-6352	aferro@bndes.gov.br
Stéfane Natália Ribeiro e Silva	SPM/PR	(61) 3411-4226	stefane.silva@spmulher.gov.br
Emmanuel Henrique da Rocha	INFRAERO	(61) 3312-2885	emmanuel-rocha@infraero.gov.br
Karina Macedo Marra	SLTI / MP	(61) 2020-1429	karina.marra@planejamento.gov.br
Ana Junqueira Pessoa	MDIC	(61) 2027-7708	ana.pessoa@mdic.gov.br
Marcos A. Pimenta de Souza	BACEN	(61) 3414-4044	marcos.pimenta@bcb.gov.br
Priscilla B. Costa Araújo	SA / CC	(61) 3411-3368	priscilla.araujo@planalto.gov.br
Maria Carolina Santos	INT	(21) 2123-1007	carolina.santos@int.gov.br
Luciana Pureza	MMA	(61) 2020-1542	luciana.pureza@mma.gov.br
Selma Botelho	MPS	(61) 2021-5763	selma.botelho@previdencia.gov.br
Ana Beatriz Praxedes	SEDH	(61) 2025-3684	ana.praxedes@sedh.gov.br
Luis Fernando Zoghbi	TST	(61) 9986-9459	lfz@tst.jus.br
Sara Rosa Portella	MTE	(61) 3317-6781	sara.portella@mte.gov.br
Josefina Gontijo Costa	INFRAERO	(61) 3312-3200	jcosta@infraero.gov.br
Luis Fernando Rezende	IPEA	(61) 3315-5282	luis.rezende@ipea.gov.br
Samira Bandeira de Lima	MEC	(61) 2022-9323	Samira.lima@mec.gov.br
Fernando Campagnoli	CENSIPAM	(61) 3214-0204	fernando.campeguli@sipam.gov.br
Padro Wolanski	MRE	(61) 3411-8869	pedro.wolanski@itamaraty.gov.br

Cristina Akemi Shimoda	MCT	(61) 3317-8150	cristina.shimoda@mct.gov.br
Danuza Pereira Mantuano	TRT 3ª Região	(31) 3215-7021	danuzapm@trt3.jus.br
Hosana Mory	TRT/ GO 18ª Região	(62) 3941-6473	hosana.lacerda@trt18.jus.br
Fernando Basílio	TRT/ GO 18ª Região (Acompanhante)	(62) 32731113	fernando-basilio25@hotmail.com
Cristine Marcial	IBRAM	(61) 2024-4311	cristine.marcial@museus.gov.br
Clovis Scherer	DIEESE	(61) 3345-8855	clovis@dieese.org.br
Priscila Saldanha	MPrevidência	(61) 2021-5063	priscila.saldanha@previdencia.gov.br
Maria Francisca Nogueira	MPrevidência	(61) 2021-5241	maria.fsnogueira@previdencia.gov.br
Silvia Pinto Lessa	Eletronorte	(61) 3429-6367	silvia.lessa@eletronorte.gov.br
Guilherme Luiz Melecchi	Dataprev	(21) 3578-7836	guilherme.melecchi@previdencia.gov.br
Haroldo Motta	ANATEL	(61) 2312-2336	hmotta@anatel.gov.br
Anna Maria Peliano	IPEA	(61)3315-5282	anna.peliano@ipea.gov.br
Luiz Augusto Vitali	MMA	(61) 2028-1535	luiz.vitali@mma.gov.br
Jacimara Machado	Câmara dos Deputados	(61) 3216-2169	ecocamara@camara.gov.br
Adriana Jannuzzi	Câmara dos Deputados	(61) 3216-2000	adriana.jannuzzi@camara.gov.br
Fátima França	MPrevidência	(61) 2021-5878	fátima.franca@previdencia.gov.br

Pauta

- 1) leitura e aprovação da ata da Primeira Reunião do Fórum;
- 2) relatos de experiências e agendas de responsabilidade social das instituições participantes e a visão dos “*stakeholders*”;
- 3) planejamento das atividades e priorização de temas e ações do Fórum no período de setembro de 2010 a março de 2011;
- 4) aprovação da logomarca do Fórum, com apresentação das propostas das instituições participantes;
- 5) deliberação sobre a constituição de grupo de trabalho para identificação de dispositivos de aplicabilidade prioritária da Norma Internacional da Responsabilidade Social - ISO 26000 na administração pública brasileira e para eventos da Semana Nacional de Responsabilidade Social;
- 6) assuntos gerais.

1 – Abertura / Aprovação da pauta

O Sr. Ricardo Mello, da Dataprev, após instalar a reunião, agradeceu ao Sr. Evandro Costa, da Confederação Nacional do Comércio, pela cessão da sala de reuniões da entidade para a realização da Plenária e submeteu aos presentes à proposta de pauta, que foi aprovada.

Passando ao primeiro item da pauta, o Sr. Ricardo Mello leu a ata da Primeira Plenária, realizada em 23 de junho de 2010, em Brasília, Distrito Federal. Com ressalvas apresentadas pela Sra. Ana Borges, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no sentido de ser mencionado o nome das instituições que os membros da Coordenação representam, e Sra. Ana Pessoa, que solicitou a correção do nome do órgão que representa para Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a ata foi aprovada.

O Sr. Ricardo Mello informou que o texto do Regimento Interno incorporou as emendas apresentadas na Primeira Plenária e indagou se estaria dispensada sua leitura, o que foi aprovado. A Sra. Acimara Machado, da Câmara dos Deputados, sugeriu que o Regimento contivesse prazo para sua reavaliação, e o Sr. Ricardo Mello explicou que essa faculdade já estava contemplada no texto, uma vez que, a qualquer tempo, poderia ser revisto, desde que em sessão convocada para tal fim.

A Sra. Ana Beatriz Praxedes, da Secretaria de Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência da Presidência da República narrou às dificuldades de acessibilidade que teve para chegar ao local da plenária, por se locomover em cadeira de rodas.

2 – Relatos de experiências e agendas de responsabilidade social das instituições participantes e a visão dos “stakeholders”;

O Sr. Ricardo Mello convidou a Sra. Ana Borges para conduzir as apresentações das instituições que se inscreveram para relatar suas experiências e agendas. Os Srs. André Ferro, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Marcos Pimenta, do Banco Central do Brasil, e Guilherme Melecchi, da Dataprev, fizeram apresentações das atividades de suas instituições.

Ao final de sua exposição, o Sr. Guilherme Melecchi apresentou a proposta de criação, pelo Fórum, de um Anuário de Boas Práticas em Responsabilidade Social para registrar as ações dos órgãos de governo. Na qualidade de representante dos 'stakeholders' trabalhadores, o Sr. Clovis Scherer, do Dieese, discorreu sobre as expectativas do setor diante da implementação da norma ISO 26000, ouvindo da Sra. Andrea Santini convite para integrar o grupo de trabalho que se dedicará à programação de eventos na Semana Nacional de Responsabilidade Social de 2011. Em resposta, o Sr. Clovis Scherer informou que transmitiria o convite às entidades sindicais vinculadas ao Dieese.

Em seguida, a Sra. Jacimara Machado, comentou a evolução do engajamento de órgãos governamentais com a responsabilidade social, lembrando que, há dez anos atrás, o envolvimento era apenas de pessoas interessadas, mas não de instituições. Sobre a aplicabilidade de uma norma de responsabilidade social, o Sr. Guilherme Melecchi destacou a existência de outras normas que, embora rígidas, dificilmente são cumpridas, citando, como exemplo, aquelas que exigem equipamentos de proteção individual dos trabalhadores da construção civil, narrando sua experiência como arquiteto responsável por obras civis.

Em resposta, o Sr. Clovis Scherer explicou que tal situação se deve, em parte, à desinformação dos trabalhadores e que a responsabilidade é do empresário, que deve se valer de técnicos em segurança do trabalho para orientar as obras, declarando, ainda, que os sindicatos não tem como entrar nas obras para fiscalizá-las.

A Sra. Andrea Santini comunicou à Plenária a existência do Portal das Comunidades Virtuais do Setor Público – Catir, que poderá vir a abrigar uma página do Fórum.

Os trabalhos foram interrompidos às doze horas e quarenta minutos e retomados às quatorze horas e dezessete minutos, com a projeção do filme produzido por Jorge Cajazeiras para divulgação da ISO 26000, a Norma Internacional de Responsabilidade Social. Como representante do 'stakeholder' indústria, a Sra. Ana Paula Grether historiou os principais embates pela aprovação da ISO 26000, lembrando que será uma norma não apenas para empresas, mas servirá como orientação para planejamento da administração pública.

A Sra. Jacimara Machado disse que o Fórum precisa ser mais do que um encontro de pessoas bem intencionadas e deve cobrar o comprometimento das instituições públicas para que possa exigir, o mesmo das empresas privadas e, ainda, deverá zelar pela efetiva aplicação das leis vigentes, lembrando que, na Câmara dos Deputados, existe a Comissão de Legislação Participativa, que poderá ajudar a institucionalizar o Fórum como política pública. A Sra. Ana Peliano, do IPEA, disse que não estão faltando leis para a aplicação dos princípios da responsabilidade social, mas falta mobilização e pressão para que sejam cumpridas.

3 – Planejamento das atividades e priorização de temas e ações do Fórum no período de setembro de 2010 a março de 2011;

A Sra. Adriana Jannuzzi, da Câmara dos Deputados, informou que a tramitação do Projeto de Lei nº 7.404 de 2010 já está em mãos do relator da Comissão de Educação, mas como estamos em ano eleitoral, há um recesso dos parlamentares e é certo que não sairá antes das eleições e ainda vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Sra. Adriana Jannuzzi observou, ainda, que o filme exigido é muito bonito, mas não é acessível porque é narrado em diversos idiomas com legendas em português que não podem ser lidas e compreendidas por pessoas com deficiência visual.

A Sra. Samira Bandeira, do Ministério da Educação, opinou que a proposta de 'conscientização' para a responsabilidade social talvez não seja a mais apropriada e que 'mobilização' seria mais adequada. A Sra. Karina Marra, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, informou sobre a capacitação em contratações sustentáveis e os esforços que estão sendo realizados para que os princípios da sustentabilidade sejam incluídos em editais e contratos públicos.

A Sra. Ana Pessoa, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, questiona como seria o relacionamento do Fórum com a agenda A3P. O Sr. Ricardo Mello esclareceu que não há sobreposição entre os papéis do Fórum e da agenda A3P porque o Fórum é um colegiado formulador de idéias, experiências e políticas e a A3P é uma agenda executiva, aduzindo que o Fórum não tem a pretensão de criar uma agenda para a administração pública mas poderá vir a formatar idéias que possam se inserir nas ações da A3P ou trazer proposições inéditas, a serem implementadas de outras formas. O Sr. Luiz Vitali, do Ministério do Meio Ambiente, reconheceu que o Fórum não concorre com a A3P e que ambos são iniciativas diferentes que devem atuar de modo agregado, propondo que, na próxima plenária, seja feita uma exposição sobre a A3P. Manifestaram-se sobre o mesmo tema as Sras. Ana Borges, Jacimara Machado e Cristine Marcial, do IBRAM.

A Sra. Andrea Santini informou que o tema das compras sustentáveis já tinha sido levantado na última plenária do Fórum e propôs que, na próxima, seja apresentado com mais detalhes. O Sr. Ricardo Mello lembrou a atuação do antigo Comitê Interministerial de Desburocratização quando imaginou a criação de um fórum de responsabilidade social, lamentando não saber mais da existência daquele comitê, do qual participou por quase nove anos.

A Sra. Cristine Marcial propôs a criação de uma legislação específica para regulamentar o trabalho voluntário e, em apoio, o Sr. Marcos Pimenta propôs a trazer a norma interna do Banco Central do Brasil sobre o tema. Comentando sobre o portal Catir, a Sra. Cristine Marcial lembrou que toda a rede social virtual necessita de um animador que motive seus participantes.

A Sra. Jacimara Machado sugeriu uma atenção permanente dos componentes do Fórum em suas respectivas instituições para incluir temas da responsabilidade social em todos os espaços de ação ou discussão disponíveis. A Sra. Fátima França, do Ministério da Previdência Social, informou que existe programa de voluntários no Banco do Brasil e que aquele banco poderia ser convidado a fazer uma apresentação em futura plenária. A Sra. Priscilla Araújo, da Casa Civil da Presidência da República, após informar que o Comitê de Desburocratização citado pelo Sr. Ricardo Mello sofreu algumas tentativas de extinção mas foi, afinal, transformado em Programa de Gestão Pública e Desburocratização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ganhando legitimidade em diversos estados e municípios e, em seguida, discorreu sobre o programa de voluntariado da Presidência da República na área da educação, no entorno do Distrito Federal.

A Sra. Stéfane Ribeiro da Silva, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, manifestou intenção de se inscrever para apresentar o trabalho de sua instituição na próxima Plenária, adiantando que sua atuação é voltada para o combate ao preconceito e em favor da equidade de gênero. A Sra. Silvia Lessa, da Eletronorte, disse que a empresa que representa já tem um programa de voluntariado em que empresa e empregado doam uma hora da jornada de trabalho, liberando o empregado para que preste assistência a populações ribeirinhas.

A Sra. Danuza Mantuano, do Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Minas Gerais, ofereceu-se para atuar no sentido de aproximar mais o Poder Judiciário do Fórum, pois muitos

dirigentes de órgãos judiciais não os consideram parte da administração pública, o que ela discorda. O Sr. Guilherme Melecchi comentou que a criação do voluntariado no regime da CLT é mais complexa porque, nesse caso, sempre podem ocorrer tentativas de incorporação de hora extra sob alegação de indução ao trabalho dito voluntário.

A Sra. Ana Borges leu mensagem eletrônica da Sra. Maria Augusta Ferreira, da Advocacia Geral da União, que, por não poder comparecer pessoalmente, apresentou as seguintes sugestões:

"1 - licitações sustentáveis – discutir acerca de medidas (jurídicas e políticas) para viabilizar a exigência da NBR 16001 nas licitações. Isso é muito importante para as licitações sustentáveis, pois, no ponto em que estamos, as licitações sustentáveis dependem da especificação bem feita de um produto ambientalmente correto, mas o que nós precisamos, para além disso, é poder exigir em licitação um produto cujo processo produtivo seja ambiental e socialmente correto. Este ponto é difícil, pois isso não faz parte da especificação do produto. Bem como, mesmo que algo nesse sentido possa ser exigido na licitação, quem vai fiscalizar esse processo produtivo? O órgão público contratante em geral não tem condições de fiscalizar as empresas. Portanto, se tivermos a certificação, a NBR 16001, exigida já na licitação, nas compras governamentais, resolveremos este impasse: quem fiscaliza é o Inmetro. Pesquisei bastante a jurisprudência do TCU e não vi nada que pudesse nos dar segurança no sentido de que uma certificação quanto a processo produtivo, como a NBR 16001, seja aceita ou não por aquele Tribunal. Vi que o TCU aceita as normas da ABNT como garantia de segurança e qualidade do produto final, objeto da licitação, mas não vi nada que fosse referente ao processo produtivo. Continuo pesquisando. Talvez vocês já tenham alguma informação neste sentido.

2 - Gestão Pública Socioambiental – Precisamos garantir que programas como a A3P se tornem obrigatórios na Administração Pública, através de lei ou decreto (presidencial), bem como que estes programas sejam articulados entre os vários Ministérios, a exemplo do que hoje ocorre com a coleta seletiva (Decreto nº 5.940/06), onde existe um Comitê Interministerial que cuida do tema. "Segue em anexo uma sugestão de Decreto que encaminhamos ao Ministério do Meio Ambiente, através da Ouvidoria do Serviço Florestal".

A Sra. Jacimara Machado propôs que, nas ações de sustentabilidade, seja enfatizada a necessidade de análise do ciclo de vida dos produtos. A Sra. Ana Pessoa ponderou que a análise do ciclo de vida do produto seja tratada com cautela porque já está sendo estudado por grupo de trabalho específico e implica em impacto nas pequenas e médias indústrias.

Diversos participantes sugeriram que o Tribunal de Contas da União seja convidado a participar da próxima Plenária.

4 - Aprovação da logomarca do Fórum, com apresentação das propostas das instituições participantes;

A Sra. Ana Borges conduziu o item 4, sobre aprovação da logomarca do Fórum, ficando aprovada, por maioria, a proposta criada pelo Inmetro, com alteração da posição do Brasil no mapa, para sua maior visibilidade, preferencialmente em relevo, com o nome na lateral direita.

5 - Deliberação sobre a constituição de grupo de trabalho para identificação de dispositivos de aplicabilidade prioritária da Norma Internacional da Responsabilidade Social - ISO 26000 na administração pública brasileira e para eventos da Semana Nacional de Responsabilidade Social;

Após debates conduzidos pela Sra. Andrea Santini, a Plenária definiu os seguintes grupos de trabalho:

- GT Institucionalização do Fórum - Priscilla Araújo (coordenadora), Anna Peliano, Jacimara Machado, Luis Fernando Zoghbi, Luis Lara Resende, Andrea Santini, Ana Pessoa e Maria Carolina;
- GT Acessibilidade – Adriana Jannuzzi (coordenadora), Ana Beatriz Praxedes, Hosana Mory e Silvia Lessa;
- GT Semana Nacional de Responsabilidade Social – Ana Borges (coordenadora), Andrea Santini, Samira Lima, Marcos Pimenta, Emmanuel Rocha, Guilherme Melecchi, Selma Botelho, Fatima França, Priscila Saldanha, Francisca Nogueira e Ana Paula Grether;
- GT Estudo dos temas estratégicos da ISO 26000 - André Ferro (coordenador), Danuza Mantuano, Rafael Arantes, Ricardo Mello, Jacimara Machado, Adriana Jannuzzi, Maria Carolina Santos e Maria Augusta Ferreira;
- GT Voluntariado – Cristine Marcial (coordenadora), Priscilla Araujo, Guilherme Melecchi, Marcos Pimenta, Silvia Lessa, Fátima França e Priscila Saldanha;
- GT Boas Práticas – Guilherme Melecchi (coordenador) e Luiz Vitali.

A Plenária decidiu que as reuniões do Fórum devem ocorrer, preferencialmente, nas terceiras semanas de cada bimestre. Em seguida, foi deliberado que a Terceira Plenária do Fórum será realizada no dia 20 de outubro de 2010, em local a ser definido pela Coordenação.

6 – Assuntos gerais;

A Sra. Jacimara Machado sugeriu diversas providências à Confederação Nacional do Comércio para aspectos de sustentabilidade, em especial iluminação e acessibilidade.

A Sra. Ana Beatriz Praxedes informou que as Secretarias de Políticas para as Mulheres e dos Direitos Humanos foram transformadas em Ministérios e a Subsecretaria de Promoção das Pessoas com Deficiência foi elevada à condição de Secretaria Nacional.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Primeira Plenária do Fórum Governamental de Responsabilidade Social às 18 horas e 20 minutos, da qual, por mim, Ricardo Mello, foi lavrada a presente ata.